

Do seu bolso para a urna: o imposto como cabo eleitoral

Diz um ditado popular que *feito é perder*. Isso é aplicável no Brasil de forma grotesca, há anos, nas



Fernando Facury Scaff
professor e tributarista

Em 1986 tivemos o caso do governo Sarney, que usou o *Plano Cruzado*

e o tabelamento de preços como arma eleitoral e elegeu 22 dentre 23 governadores, adotando medidas econômicas duríssimas na semana seguinte, que foram adiadas com os olhos na eleição.

Em 1998 o governo FHC criou a reeleição para chefes do Executivo, sendo permitida inclusive para si mesmo, tendo sido mantido o câmbio congelado durante o *plano real* como arma eleitoral. Dias após vencer o pleito, o câmbio deu um salto e o Brasil quase vai ladeira abaixo. Registre-se que FHC já reconheceu o erro da [adoção da reeleição](#) no Brasil.

Os exemplos poderiam se multiplicar, antes e depois da Constituição de 1988, mas nada se compara ao que está sendo feito pelo governo Bolsonaro, que, inclusive, havia se comprometido a [não disputar a reeleição](#), caso fosse eleito em 2018 — o que foi esquecido.

Alguns exemplos concretos podem esclarecer essa afirmação, sempre considerando as vésperas do 2º turno das eleições. Semana passada, logo após o 1º turno, o presidente Bolsonaro, em busca de sua reeleição, decidiu gastar mais de R\$ 6 bilhões, sendo mais [477 mil famílias](#) incluídas no auxílio Brasil e mais de 200 mil famílias recebendo [auxílio gás](#), sem contar o pagamento de [13º salário](#) no auxílio Brasil e o pagamento de benefício *extra* para [cada taxista](#) no valor de R\$ 500.

Recentemente foi estabelecida a redução de impostos federais sobre os combustíveis (Decreto 10.638/21), além da [camisa de força](#) sobre os tributos estaduais, o que é estimado em R\$ 53 bilhões. Os devedores do Fies tiveram o perdão quase integral de suas dívidas (Lei 14.375/22). E até desconto de 90% para os inadimplentes com a Caixa Econômica Federal entrou no [jogo eleitoral](#).

É interessante ler o [levantamento realizado](#) por Marcos Lisboa e Marcos Mendes que lista diversas medidas adotadas pelo governo. Embora o rol seja longo, serão consideradas apenas as mais recentes e vinculadas ao tema: 1) PEC Kamikaze (EC 123/22), que aumentou o valor do auxílio Brasil até dezembro/22; e concedeu diversos outros auxílios para a base eleitoral do governo, como para taxistas, caminhoneiros, etc. e o vale gás; 2) imunidade tributária de IPTU sobre imóveis alugados para templos religiosos (EC 116/22); 3) prorrogação de diversas espécies de benefícios fiscais; 4) redução dos encargos do Prouni (menor número de bolsas) para que as empresas do setor educacional recebessem verbas públicas (Lei 14.350/22); 5) melhor remuneração aos servidores dos extintos Territórios Federais (MP 1122/22); dentre muitos outros atos normativos que foram listados pelos autores.

O *teto de gastos está cheio de goteiras*, pois, além da PEC Kamikaze (EC 123/22), foi *pedalado* o pagamento dos precatórios federais (EC 113 e 114/21), além da PEC Emergencial (EC 109), dirigida aos gastos com a Covid-19, muito mal gerenciada, como se viu exposto na CPI que investigou o assunto, com fortes suspeitas de corrupção e a ampliação do número de mortes em face do retardo na contratação de vacinas e recomendação de remédios para piolhos e vermes contra o vírus.

Toda essa despesa fiscal gerou cortes (contingenciamento) no orçamento para educação, cultura, saúde, inovação etc. (ver, dentre outras, a Portaria SETO/ME 8.893, de 06/10/22).

O que foi exposto é um *tiquinho* perto do escândalo do *orçamento secreto*, que injetou mais de R\$ 6 bilhões diretamente aos apoiadores do atual governo, [conforme revela](#) Breno Pires, com amplas suspeitas de superfaturamento (corrupção). O orçamento é secreto, mas suas *intenções* são transparentes: reeleição.

Claro que, com tudo isso, a bancada parlamentar que apoia o governo se expandiu, e houve uma reversão na expectativa de votos para o presidente candidato à reeleição, que ampliou seu eleitorado.

Observados esses fatos, incontestes, deve-se tecer algumas considerações.

A miséria e a pobreza no país ajudam os políticos a se eleger e reeleger. Logo, *bolsas esmoladas*, de qualquer valor, desconectadas de um plano para superar a indigência serão, sempre, eleitorais.

O governo atual perdeu qualquer pudor em usar o dinheiro público para vencer as eleições.

Parte disso é busca direta de *compra de votos*, outra parte são políticas econômicas erradas, igualmente voltadas à reeleição, que gerarão impacto fiscal relevante e imediato, tal como ocorreu em 1986 e 1998, exemplificativamente.

Para cobrir esse *rombo eleitoral* os tributos serão inexoravelmente majorados em breve, atingindo seu bolso, caro contribuinte. Não é à-toa que a carga tributária multiplicou fortemente desde 1986 para cá.

O papel do TSE não pode se restringir à análise da *logística eleitoral*, como a questão das urnas eletrônicas, o que vem fazendo com perfeição, mas deve ser também o de *guardião da paridade de armas eleitorais*, a fim de que todos os candidatos tenham efetivamente iguais chances nas eleições, em especial com os olhos voltados ao que determina a Constituição, que veda o *abuso* de poder econômico (artigo 14, §10).

Se não corrigirmos isso, não teremos uma república, mas apenas um simulacro democrático, formalista.

Date Created

11/10/2022